

ATA Nº 105 DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2000.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de outubro de 2000, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Rua Marechal Bormann, 1309-E, 1ª andar, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado nos dias 06, 10 e 11 de outubro de 2000, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e na Folha de São Paulo – SP e nos dias 07, 10 e 11 de outubro de 2000, no Diário da Manhã de Chapecó – SC. **ORDEM DO DIA:** (1) Ratificar o disposto na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2000, conforme nova proposta do Conselho de Administração de alteração das condições das debêntures de 2ª emissão, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, emitidas por esta Sociedade conforme Instrumento Particular de Escritura de Emissão, para Oferta Pública, de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias e Preferenciais, datado de 04 de dezembro de 1999; (2) Agradecer a Proposta do Conselho de Administração para emissão de até R\$ 21.000.000,00 em debêntures conversíveis em ações preferenciais, em uma única série, para colocação pública, nos termos da legislação em vigor. **PRESEÇA:** Presenças de acionistas representando o quórum legalmente exigido. **MESA:** Presidente, Alex Renato De Maura Fontana; Secretária, Tírcia Mara dos Santos Otton Vedana. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: A. Ratificar o disposto na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2000, que deliberou sobre a alteração das condições das debêntures de 2ª emissão, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, emitidas por esta Sociedade conforme Instrumento Particular de Escritura de Emissão, para Oferta Pública, de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias e Preferenciais, datado de 04 de dezembro de 1999, conforme segue: 1) No item (ii), página 2, 2ª linha, onde se lê, "A 4ª série é composta de 2.214 (duas mil, duzentas e quatorze) debêntures conversíveis em ações, (30,00000000) a proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais.", alterar para "A 4ª série é composta de 2.214 (duas mil, duzentas e quatorze) debêntures conversíveis em ações, a critério do debenturista, a proporção de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais."; 2) No item (ii), página 2, 4ª linha, onde se lê, "Tomando-se por base o preço de emissão das ações da Sociedade nos últimos aumentos de capital a R\$ 0,02 (dois centavos de real) por lote de mil ações, cada debênture da 4ª série será convertida, (30,00000000) em 148.795.000 ações ordinárias e 287.590.000 ações preferenciais.", alterar para "Tomando-se por base o preço de emissão das ações da Sociedade nos últimos aumentos de capital a R\$ 0,02 (dois centavos de real) por lote de mil ações, cada debênture da 4ª série será convertida, a critério do debenturista, em 148.795.000 ações ordinárias e 287.590.000 ações preferenciais." B. Aprovar integralmente a Proposta para a 3ª Emissão de debênturas apresentada pelo Conselho de Administração, nos seguintes termos: "B1. Emitir 10.000 (dez mil, setecentas e nove) debêntures, em uma única série, com as seguintes características: 1) Número de debêntures, valor nominal e valor da emissão: Serão emitidas 10.000 (dez mil, setecentas e nove) debêntures, convertíveis em ações preferenciais, cada uma com valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil real), perfazendo um volume total de R\$ 10.000.000,00 (dez mil milhões, setecentas e nove mil real), na data de emissão, definida no item 8.1. 2) Finalidade da Emissão: reestruturação financeira da Sociedade ("financiamento"), junto a diversas instituições aderentes ao acordo para

reestruturação da dívida brasileira, conforme disposto no Decreto nº 6.092, de 24/01/1992 nos termos da Lei nº 8.008, de 11/03/1990 e demais atos legais e administrativos, bem como a forma estrutural, mantidas em conta de depósito em nome da Caixa Econômica Federal e a respectiva instituição depositária, abrangendo depósitos e o custo de transferência e propriedade, observados os limites legais e regulamentares. 4) Colocação das debênturas: distribuição pública, mediante procedimento diferenciado de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 130/93, com garantia firme, de no máximo, 64% do total da emissão e participação de instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários. 5) Espécie das debênturas: com garantia real cumulativa com garantia futura. 6.1) A garantia real será constituída por captação de 1.274.585.000.000 ações ordinárias de emissão da Chapéu Companhia Industrial de Alimentos, do Estado de Pernambuco, ao valor de R\$ 0,22 por lote de mil ações, em montante equivalente a 100% do valor da emissão das debênturas em 01/11/1999. 6) Data de Emissão e Vencimento Final: 6.1) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, especialmente contagem dos prazos de vencimento, amortizações programadas, vencimento de rendimentos, e preço de subscrição, a data de emissão das debênturas será 01/11/1999. 6.2) Data de Vencimento Final: 6 (seis) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01/11/2007. 7) Juros Remuneratórios: a partir da data de emissão a 01/11/1999, as debênturas serão remuneradas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de "spread", de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999; 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano; 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano; e a partir do quarto ano, de 4% (quatro por cento) ao ano. 7.1) O montante apurado nos termos do item 7 será apurado, semestralmente, no dia 01 das meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/05/2001, e subsequentemente com as parcelas de amortização do principal, na vencimento antecipada de no vencimento final das debênturas, observado o disposto nos itens 6.2, 7.3, 8 e 10. 7.2) A limitante pagará pro rata temporis os juros remuneratórios devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões das debênturas em ações, aquisições facultativas e vencimento antecipado. 7.3) Toda vencimento de prestação de amortização do principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos jurídicos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciará, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos incidentes sobre as debênturas. 8) Amortizações programadas das Debênturas: As debênturas serão amortizadas em 11 (onze) parcelas sucessivas e sucessivas, nos dias 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2002 e o último em 01/11/2007. As dez primeiras parcelas corresponderão, cada uma, a 9,09% e a última a 9,10% do valor nominal devidamente atualizado nos termos o item 7. 9) Preço de Subscrição: o correspondente ao valor nominal unitário das debênturas, acrescido da variação da TJLP mais 1% (um por cento) ao ano, a título de "spread", ambos calculados pro rata temporis desde a data de emissão (01/11/1999) até a data de efetiva subscrição e integralização, de acordo com o item 7 e seus subitens, 100 Formas de integralização das debênturas: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente e/ou mediante utilização de créditos, incluindo inclusive os créditos representados pelas debênturas da 1ª Emissão, 1ª e 2ª séries, emitidas por esta Sociedade, conforme Instrumento Particular de Emissão, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, para Oferta Pública de Debênturas Conversíveis em Ações Ordinárias e Preferenciais, datado de 04 de dezembro de 1999. 11) Aquisição Facultativa: A limitante poderá a qualquer tempo, adquirir, no mercado, debênturas em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da remuneração de que trata o item 7. Observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 25 da Lei nº 8404, de 19/12/76. As

debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser convertidas em ações da Emitente ou, ainda, novas debêntures, a critério da Emitente.

12) **Convertibilidade em Ações:** Cada debênture poderá ser convertida, a qualquer tempo, em 50.000.000 (cinquante milhões) de ações preferenciais de emissão da Emitente, seguindo o parâmetro estabelecido no item 12.8. A medida que forem realizadas amortizações programadas das debêntures, será ajustado o número de ações em que se converterá cada debênture, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q_A = \frac{100 \times 10.000.000}{1.000,00} \quad , \text{ onde } Q_A \text{ é a quantidade de ações atribuída a cada debênture quando da conversão;} \text{ e } 100 \text{ é o saldo do valor nominal da debênture,}$$

12.1) A quantidade de ações decorrente da conversão das debêntures mencionada no item 12 será ajustado em razão da desdobramento, proporcional e bonificações em ações, a qualquer título, que venham a ocorrer a partir da data de emissão, bem quaisquer fusões para os debênturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos;

12.2) Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações representativas do capital social da Emissora por meio da solicitação de conversão à Emissora. Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de entrega da solicitação de conversão. A Emissora se obriga a disponibilizar as ações oriundas da conversão no prazo de 10 (dez) dias úteis da data da solicitação de conversão. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados manualmente e embolsados na Junta Geral da Sede da Emitente, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à entrega dos documentos, observada a forma estabelecida no inciso II do artigo 160 da Lei 6.404 de 15/12/76;

12.3) As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais negociadas em Bolsa de Valores e terão jus a dividendos e bonificações, integrais, distribuídas, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emitente, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;

12.4) Até o vencimento final da presente emissão, sempre que a Emitente aumentar seu capital com emissão de novas ações, por preço inferior ao parâmetro de conversão das debêntures, definido no item 12.8, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emitente, ou no prazo de eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações preferenciais pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações;

12.5) Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembleia Geral da Emitente delibere emitir outras debêntures convertíveis em ações preferenciais, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emitente, ou no prazo de eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Debênturas, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão a seu critério, o direito de abater a facitude desta Emissão relativamente a emissões de conversão para adequá-la às condições de conversão da nova emissão de debêntures, ou utilizar o crédito das debênturas desta emissão para subscrever as debêntures objeto da referida emissão;

12.6) Até o vencimento final da presente emissão, na hipótese de a Assembleia Geral da Emitente delibere emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações preferenciais conferido aos bônus, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações preferenciais pelo

realizado pelo de exercício da leitura do subscritor, e a emissão de debêntures de acordo com o contrato celebrado com base no valor nominal da debênture, na data de realização da subscrição, devendo o valor nominal da debênture ser realizado até o 1º dia de dezembro seguinte, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 7.12.8) O parâmetro estabelecido para conversão das debêntures, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 8.404/91, foi fixado, levando-se em consideração os valores utilizados para subscrição nos aumentos de capital/consolativos em 17/11/1998, 20/12/1999 e 10/10/2000, sendo o prêmio 1/3 do valor da preferência líquida da ação, onde se apurou o valor de R\$ 0,02 (dois centavos de real) por lote de real ações. 13) Prêmio: será atribuído para cada debênture subscrita um prêmio a ser pago a título, em espécie, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2004 ou, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias a contar de 30/04/2005, observadas as condições para o seu pagamento previstas no item 13.3.13.1) O montante a ser recebido pela totalidade dos detentores desta emissão, será equivalente a 18,08% de 40% da diferença positiva entre o valor real da Chapeco Companhia Industrial de Alimentos, sociedade controlada pela Unilever, para o exercício encerrado no ano de 2004, calculado pela fórmula referida no item 13.2 e o valor apurado no plano de negociação correspondente ao referido exercício. 13.2) a fórmula para o cálculo do valor real da Chapeco Companhia Industrial de Alimentos é a seguinte: R (valor) = EBITDA (lucro antes do resultado financeiro, depreciação, amortização e impostos) referente ao balanço correspondente ao exercício social findo em 31/12/2004, subtraído o valor da dívida financeira líquida do caixa existente na Chapeco Companhia Industrial de Alimentos ao final do exercício social findo em 31/12/2004. 13.3.1) Sendo-se considerado a dívida bancária líquida, a dívida bancária menos as aplicações financeiras. 13.3) Cálculos para o pagamento do prêmio: O direito ao prêmio está condicionado à existência de uma diferença positiva entre: (i) o valor real da Chapeco Companhia Industrial de Alimentos para o exercício correspondente ao ano 2004, a ser calculado conforme fórmula estabelecida no item 13.2 e (ii) o valor da Chapeco Companhia Industrial de Alimentos estimado no Plano de Negócios elaborado pela Unilever S/A, acionista controladora da emissora para a Chapeco Companhia Industrial de Alimentos correspondente a referido exercício. 13.3.1) Verificada a condição prevista no item 13.3, cada 1.000 debêntures terão jus à parcela do prêmio, que será equivalente a 0,00100008% de 40% da diferença positiva a que se refere o item 13.3.14) Registro de Negociação: A negociação das debêntures no mercado secundário poderá ser realizada através do SND – Sistema Nacional de Debênturas ou pela Central Brasileira de Liquidação e Custódia, a ser definida posteriormente pelo Conselho de Administração da Sociedade. 15) Certificados de Debêntures: A EMISSORA não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo registro emitido pela instituição financeira depositária das debêntures. 16) Provisamento e cobrança da dívida: Os pagamentos a que tiverem jus as debêntures serão efetuados, utilizando-se procedimentos adotados pelo SND – Sistema Nacional de Debênturas ou pela CBLIC, conforme a ser definido posteriormente pelo Conselho de Administração. Na hipótese das debêntures não estarem custodiadas em referidos sistemas na sede da Unilever ou pela instituição financeira autorizada para este fim. 17) Coordenações e Agente Fiduciário: serão nomeados oportunamente pela administração da Sociedade, o declarando a aceitação da função na escritura de emissão; 18) Inadimplimentos: na ocorrência de inadimplimento das obrigações assumidas pela Emissora, serão aplicadas as penalidades a seguir: 18.1) Sobre o valor das obrigações inadimplidas: será aplicada, de imediato, a pena convencional de 10% (dez por cento) escalonada de acordo com o período de inadimplimento, conforme especificado abaixo: para 1 (um) dia até 30 de dias, 1 pena convencional de 1% (um por cento) das dívidas atrasadas;

1) taxa convencional de 2%; e assim sucessivamente, até atingir a taxa convencional de 12%. 18.2) O saldo devido pelo Emitente ao Subscritor, a uma taxa convencional de até 10% (dez por cento), sobre o resgate antecipado, não tem 7 (sete) acrescidos de 7,2% (sete e dois por cento) ao ano. 18.3) No caso de obrigação financeira com previsão de capitalização de encargos, a forma de cálculo descrita no item 18.2 será aplicada somente para a parcela dos encargos de inadimplimento que não a exceder a parte capitalizável. 18.4) A Emitente inadimplente ficará, ainda, sujeita ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor devido acrescido da taxa convencional a que se refere o item 18.1, que será calculado dia a dia, de acordo com o sistema proporcional, todo sem prejuízo de vencimento antecipado das debêntures referido no item 18. 18.5) Sobre as parcelas vincendas da dívida continuando a ser aplicadas as taxas mencionadas no item 7. 18.6) Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, será aplicado o fato o saldo devedor o disposto no item 18.1 e 18.4. 18.7) Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não financeira, a Emitente ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor acrescido dos encargos previstos no item 7 a partir do dia seguinte ao fixado pelas debenturistas contratualmente ou através de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento de obrigação inadimplida. 19) Vencimento Antecipado: O subscritor poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão, seja o imediato pagamento, pela Emitente, do saldo devedor das debêntures, entendido este saldo como o valor nominal atualizado "pro rata temporis" até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 7, na ocorrência dos seguintes eventos: 19.1) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emitente; 19.2) Pedido de concordata preventiva formulado pela Emitente; 19.3) Liquidação ou decretação de falência da Emitente; 19.4) Falta de cumprimento, pela Emitente, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do Aviso escrito que lhe for enviado pelo subscritor; 19.5) Vencimento antecipado de qualquer dívida da Emitente em razão de inadimplimento contratual, seja mediante posse, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emitente previstas na Escritura de Emissão; 19.6) Falta, falha e incorporação da Emitente; e 19.7) Alteração do controle acionário da Emitente, salvo quando para pessoas jurídicas não físicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emitente. 20) Publicidade: Todas as atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses das debenturistas, deverão ser obrigatoriamente veiculados, na forma de aviso, dentro dos prazos previstos na escritura, publicados na imprensa, sem observância do disposto no artigo 298 da Lei nº 6404/76. 21) Registro: A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, na forma da legislação vigente, sem prejuízo de arquivamento no Registro do Comércio e publicação de Ata da Assembleia Geral, que deliberar sobre a emissão, bem como de inscrição da respectiva Escritura de Emissão no Registro de Títulos e Documentos. 22) Direito de Preferência: Não terão os atuais acionistas da Sociedade direito de preferência, bem como não terão atendimento prioritário para subscrição das debêntures, objeto da presente emissão. 23) Deliberação: Conforme autorizado pelo Estatuto Social, não terão os atuais acionistas da Sociedade direito de preferência, bem como não terão atendimento prioritário à subscrição das debêntures, objeto da presente emissão. 24) Autuação e administração da Sociedade a: i) apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, requerimento de autuação para oferta à subscrição pública de debêntures na forma aqui deliberada; ii) contratar uma ou mais instituições financeiras para a colocação pública das debênturas, sob o regime de garantia firme, e a manutenção das debênturas em contas de depósito, nos termos e condições previstos pela legislação aplicável; iii) nomear e contratar agente fiduciário, fixando-lhe a remuneração; iv) firmar a competente escritura de emissão, com atendimento a quaisquer eventuais

resoluções que venham a ser tomadas entre a Sociedade e a BANCOS Participações SP - BANCOPAR, Fundo de Participação Social - FPS e Fundo do Estado de São Paulo - FAP - BANCOPAR relativamente ao objeto da presente emissão;

(v) prestar todos os demais atos necessários à aprovação e formalização desta emissão; (vi) Delegar ao Conselho de Administração poderes para independentemente de convocação e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a oportunidade da emissão das referidas debêntures e sobre as seguintes matérias: (i) prazo e condições de resgate, amortização ou resgate das debêntures; (ii) prazo e condições de pagamento das juro, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; (iv) cancelamento de eventuais valores desta emissão que não forem a ser cobrados durante o prazo de distribuição; e (v) cancelamento das debêntures que tenham sido adquiridas pela própria sociedade, mediante declaração do Agente Fielatário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade da debenturista." OBSERVAÇÃO: O desenvolvimento da Assembleia, lida em forma resumida, está de conformidade com o disposto no art. 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6404 de 15/12/76. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a fazer, foi levada a presente ata no termo de reunião, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada. Chapeví, 17 de outubro de 2000. Assinaturas: Presidente da Mesa, Alceu Renato do Mauro Fontana; Secretário da Mesa, Tâneas Maria dos Santos Carneiro Vedrana; p.p. Almoraz S&A, Irineu Aurélio Menardi; p.p. Francisco Mayr, Irineu Aurélio Menardi; Ass. Fielatário Do Mauro Fontana.

A presente confere com a original do Livro de Registro de Atas da Assembleia Geral da Sociedade, autenticado pela JUCESP sob nº 12.933 em 3 de junho de 1987.

Chapeví, 17 de outubro de 2000.


Tâneas Maria dos Santos Carneiro Vedrana
Secretária da Mesa

